Percepções de estudantes sobre a curricularização da extensão universitária: desafios de implementação e permanência em um campus universitário da UFMT

Students' Perceptions of the Curricular Integration of University Extension: Implementation Challenges and Student Retention at a UFMT Campus

Andrew Matheus Frederico Rozada[1], Laís Machado Ribeiro Luz[2], Italo Iury Gomes dos Santos[3]

[1] Doutor em Ciências. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso, no campus universitário Araguaia e lotado no Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET-CUA). E-mail: andrew.rozada@ufmt.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8151-7949

[2] Bacharel em Teologia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Londrina – Pr. E-mail: laismrluz@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9192-5452

[3] Licenciado em Biologia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Universitário Araguaia (CUA). E-mail: italoyuri.yahoo@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0005-1747-8128

RESUMO

Este artigo investiga as percepções de estudantes de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Araguaia (UFMT–CUA) sobre a curricularização da extensão universitária, com foco nos desafios de implementação da política e em seus impactos nas condições de permanência estudantil. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise de dados coletados por meio de questionário aplicado a discentes, cujas respostas foram examinadas à luz de referenciais teóricos sobre extensão universitária, políticas públicas educacionais, permanência no ensino superior e justiça educacional. Os resultados indicam que, embora a extensão seja amplamente reconhecida como componente formativo relevante, sua obrigatoriedade é vivenciada de modo tensionado, especialmente em razão da indisponibilidade de tempo, da insuficiência e inadequação da oferta institucional de projetos, da limitação de apoio financeiro e das dificuldades de conciliação entre trabalho, estudo e atividades extensionistas. A análise evidencia que a implementação da política, ao desconsiderar as condições concretas dos estudantes trabalhadores, tende a produzir efeitos desiguais, fragilizando a permanência acadêmica e reduzindo o potencial formativo da extensão. Conclui-se que sua efetividade requer maior flexibilidade institucional, planejamento curricular integrado e articulação com políticas de assistência estudantil.

Palavras-chave: Componentes curriculares. Integralização curricular. Estudantes trabalhadores. Permanência estudantil. Ensino superior.

ABSTRACT

This article examines the perceptions of undergraduate students at the Federal University of Mato Grosso – Araguaia Campus (UFMT–CUA) regarding the integration of university extension, focusing on the challenges associated with policy implementation and its impacts on student retention. The study adopts a qualitative approach based on the analysis of data collected through a questionnaire administered to students. Their responses were analyzed in light of theoretical frameworks on university extension, educational public policies, higher education retention, and educational justice. The findings indicate that although extension activities are widely recognized as a meaningful component of academic training, their mandatory inclusion in the curriculum has been experienced as tensioned, particularly due to limited time availability, insufficient and inadequate institutional provision of projects, restricted financial support, and difficulties in balancing work, study, and extension commitments. The analysis suggests that policy implementation, when it fails to consider the concrete conditions of working students, may generate unequal effects, undermining academic retention and diminishing the formative potential of extension. It was concluded that effective integration of university extension requires greater institutional flexibility, integrated curricular planning, and alignment with student assistance policies.

Keywords: Curriculum components. Degree requirements completion. Working students. Student retention. Higher education.

Modalidade: Artigo

Submissão: 03 mar. 2026

Aceite: 06 set. 2026

Publicação: 14 out. 2026

1. Introdução

A extensão universitária tem sido historicamente concebida como uma das dimensões constitutivas da universidade pública brasileira, ao lado do ensino e da pesquisa, assumindo papel central na mediação entre a produção acadêmica e as demandas sociais. Nas últimas décadas, esse entendimento foi progressivamente incorporado ao campo normativo das políticas educacionais, culminando na exigência de sua curricularização nos cursos de graduação, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e regulamentado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determina a integralização mínima de 10% da carga horária curricular em atividades de extensão.

A curricularização da extensão representa, nesse sentido, um avanço ao reafirmar a função social da universidade e ao reconhecer o potencial formativo das ações extensionistas. Entretanto, estudos recentes têm apontado que a implementação dessa política tem ocorrido de maneira heterogênea nas instituições de ensino superior, frequentemente marcada por processos burocratizados, fragilidades no planejamento curricular e tensões entre a normatização e as condições concretas de participação discente (Imperatore; Pedde, 2015; Spatti et al., 2023; Marques; Stallivieri, 2024).

Essas tensões tornam-se ainda mais evidentes quando se consideram os cursos de graduação noturnos, nos quais se concentra um contingente significativo de estudantes trabalhadores. Para esse público, a ampliação das exigências curriculares, quando desarticulada de políticas de permanência e de estratégias institucionais de flexibilização, pode intensificar desigualdades e comprometer a trajetória acadêmica, como apontam pesquisas sobre permanência, integração universitária e justiça educacional (Tinto, 1993; Coulon, 2008; Dubet, 2008).

No contexto das universidades públicas interiorizadas, como a Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Araguaia (UFMT–CUA), esses desafios assumem contornos específicos. A limitação da oferta de projetos de extensão, as dificuldades de deslocamento, a insuficiência de apoio financeiro e a concentração das atividades extensionistas em horários alternativos ao período de aula tendem a impactar de forma desigual os estudantes que conciliam trabalho e estudo, sobretudo em cursos noturnos de licenciatura. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as percepções de estudantes de cursos de graduação da UFMT–CUA acerca da curricularização da extensão universitária, com foco nos desafios de sua implementação e em seus impactos sobre as condições de permanência estudantil. Busca-se compreender como os discentes avaliam a obrigatoriedade da extensão, quais dificuldades enfrentam para o cumprimento da carga horária exigida e de que modo essas experiências tensionam a intencionalidade formativa da política.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de dados coletados por meio de questionário aplicado a estudantes. As respostas foram examinadas à luz de referenciais teóricos sobre extensão universitária, políticas públicas educacionais, estudantes trabalhadores e permanência no ensino superior, de modo a articular os achados empíricos às discussões contemporâneas do campo. Ao privilegiar a perspectiva

discente, o estudo contribui para o debate sobre a curricularização da extensão universitária, evidenciando que sua efetividade não depende apenas do cumprimento normativo, mas da capacidade institucional de reconhecer as condições reais dos estudantes e de construir práticas extensionistas inclusivas, flexíveis e socialmente comprometidas.

2. Revisão Teórica

2.1 Extensão universitária: sentidos históricos, disputas conceituais e intencionalidade formativa

A extensão universitária constitui-se historicamente como um dos pilares estruturantes da universidade pública, em articulação indissociável com o ensino e a pesquisa. No entanto, embora essa indissociabilidade esteja formalmente consolidada no ordenamento jurídico brasileiro, sua efetivação concreta permanece marcada por tensões, disputas conceituais e assimetrias institucionais (Moita; Andrade, 2009).

As origens da extensão universitária são múltiplas e atravessadas por projetos políticos distintos. De um lado, emergem experiências vinculadas às universidades populares europeias do século XIX, orientadas à difusão de conhecimentos técnicos e científicos às classes trabalhadoras; de outro, consolida-se o modelo estadunidense de extensão voltado à prestação de serviços, sobretudo no âmbito do desenvolvimento agrícola e tecnológico (Silva, 2011). Esses diferentes paradigmas influenciaram de maneira significativa a conformação da extensão no contexto brasileiro, oscilando entre práticas de caráter assistencialista, tecnocrático ou dialógico. No Brasil, a institucionalização da extensão universitária percorreu um caminho gradual, ganhando maior centralidade a partir da Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Contudo, como destacam Moita e Andrade (2009), a indissociabilidade constitui-se mais como um ideal normativo do que como uma prática plenamente realizada, uma vez que a organização universitária ainda privilegia, de forma desigual, o ensino e a pesquisa em detrimento da extensão.

Autores como Santos Júnior (2013) enfatizam que a extensão universitária não pode ser compreendida apenas como mecanismo de transferência de conhecimentos produzidos na universidade para a sociedade, mas como um espaço de diálogo de saberes, no qual se confrontam racionalidades, experiências e formas distintas de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a extensão assume um caráter político-pedagógico, ao tensionar hierarquias epistemológicas e ao possibilitar práticas formativas socialmente referenciadas. Essa compreensão dialoga diretamente com a crítica formulada por Freire (2011), ao problematizar concepções de extensão baseadas na lógica da “doação” ou da “assistência”, defendendo práticas comunicativas, dialógicas e emancipadoras. Assim, a extensão universitária, quando concebida como processo educativo, cultural e científico, pode contribuir de modo significativo para a formação crítica dos estudantes e para o fortalecimento do compromisso social da universidade.

2.2 Curricularização da extensão: política pública, normatização e contradições da implementação

A curricularização da extensão universitária insere-se no âmbito das políticas públicas educacionais voltadas à democratização do ensino superior e ao fortalecimento da função social da universidade. No Brasil, essa diretriz foi consolidada a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, especialmente por meio da Meta 12, estratégia 12.7, que estabelece a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação destinada a programas e projetos de extensão (Brasil, 2014).

A regulamentação dessa diretriz ocorreu com a promulgação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que definiu a extensão como atividade acadêmica integrada à matriz curricular, orientada por princípios como a interação dialógica, a interdisciplinaridade e o impacto social (Brasil, 2018). Do ponto de vista normativo, trata-se de um avanço significativo, ao reconhecer a extensão como componente formativo obrigatório e não apenas complementar. Entretanto, estudos têm apontado que a implementação da curricularização da extensão ocorre de forma desigual e, muitas vezes, desarticulada das condições institucionais e das realidades dos estudantes. Imperatore e Pedde (2015) alertam que a política foi instituída sem que houvesse uma preparação adequada da comunidade acadêmica, resultando em práticas fragmentadas, burocratizadas e orientadas mais pelo cumprimento formal da legislação do que por uma intencionalidade pedagógica consistente.

Nesse sentido, Marques e Stallivieri (2024) argumentam que a curricularização da extensão pode tanto abrir possibilidades de inovação curricular e integração do tripé universitário quanto reforçar práticas padronizadas e sobrecargas acadêmicas, caso não seja acompanhada de processos formativos, planejamento institucional e diálogo coletivo. Spatti et al. (2023) acrescentam que a incorporação da extensão aos currículos tende a revelar problemas estruturais da universidade, como a rigidez curricular, a fragmentação do conhecimento e a insuficiente formação docente para o trabalho extensionista. Dessa forma, a curricularização da extensão configura-se como uma política pública marcada por uma tensão central: ao mesmo tempo em que universaliza a exigência do cumprimento das atividades extensionistas, não garante, de maneira equivalente, as condições institucionais, pedagógicas e materiais necessárias para sua efetivação, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social e territorial.

2.3 Estudantes trabalhadores e permanência no ensino superior

A análise da curricularização da extensão exige considerar, de maneira central, o perfil socioeconômico dos estudantes e suas condições reais de permanência no ensino superior. No contexto brasileiro, a ampliação do acesso à universidade pública ocorreu de forma concomitante à intensificação da presença de estudantes trabalhadores, especialmente nos cursos noturnos e nas licenciaturas (Comin; Barbosa, 2011; Rocha; Carvalhaes, 2023).

Comin e Barbosa (2011) propõem a distinção entre "trabalhadores que estudam" e "estudantes que trabalham", evidenciando que as trajetórias acadêmicas são profundamente

atravessadas pela necessidade de conciliar trabalho, estudo e vida pessoal. Essa condição impõe limites objetivos à participação em atividades extracurriculares ou realizadas em horários alternativos ao período de aula, como frequentemente ocorre com os projetos de extensão.

Estudos sobre permanência estudantil, como os de Tinto (1993) e Coulon (2008), destacam que a permanência no ensino superior depende não apenas do acesso, mas da capacidade institucional de promover a integração acadêmica e social dos estudantes. Quando as exigências curriculares desconsideram as condições concretas de vida dos discentes, produzem-se mecanismos sutis de exclusão e fragilização do vínculo com a universidade. Dubet (2008) contribui para essa análise ao afirmar que políticas educacionais formalmente iguais podem ser percebidas como injustas quando ignoram desigualdades estruturais. Nesse sentido, a obrigatoriedade da extensão, quando implementada de forma homogênea, tende a afetar de maneira mais intensa os estudantes trabalhadores dos cursos noturnos, transformando um dispositivo formativo em potencial fator de sobrecarga e evasão.

Assim, compreender as percepções dos estudantes sobre a curricularização da extensão implica reconhecer que as dificuldades relatadas não se restringem a questões individuais ou organizacionais, mas expressam tensões mais amplas entre normatização, projeto formativo e condições reais de permanência no ensino superior. Essa perspectiva teórica fundamenta a análise dos dados empíricos apresentados neste estudo, permitindo interpretar as falas dos discentes como indicadores de limites e possibilidades da política de curricularização da extensão no contexto da UFMT – Campus Araguaia.

3. Metodologia e Procedimentos

O presente trabalho utiliza uma análise qualitativa dos dados coletados e faz uma abordagem exploratória com intuito de verificar as percepções de alunos sobre o cumprimento da carga horária obrigatória de extensão e suas principais dificuldades. Para isso, foi solicitado aos discentes que preenchessem um formulário online de forma anônima através do *Google Forms*. O link do formulário (https://docs.google.com/forms/d/10AH0Yc54FZCCheZ86xYchCt4UF9kk7kN8vxGbycwgKM/edit#responses) foi divulgado aos alunos nos grupos de WhatsApp das disciplinas nos quais os alunos se encontravam matriculados.

A população-alvo da pesquisa compreendeu os 1.646 estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação do Campus Universitário do Araguaia da UFMT, distribuídos entre o Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET), com 563 estudantes; o Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), com 584; e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), com 499. O questionário foi disponibilizado entre 2 e 22 de julho de 2025 e divulgado nos grupos de WhatsApp das disciplinas dos cursos participantes. Todos os estudantes foram convidados a responder, tendo como critério de inclusão a matrícula ativa em um curso de graduação da instituição. Ao final do período de coleta, foram obtidas 51 respostas, equivalentes a aproximadamente 3,1% do universo investigado. A amostra foi, portanto, não

probabilística e composta por adesão voluntária.

Os questionamentos aplicados no formulário versavam sobre a carga horária de extensão. As perguntas eram de múltiplas escolhas, algumas delas permitiam a inserção de itens que melhor qualificam o discente além das opções disponíveis e, ao fim, foi direcionado para que os alunos pudessem expressar sua opinião e sugestão para melhora desse cenário.

Questões:

1) Em qual curso de graduação está matriculado na UFMT?

2) Modalidade do seu curso

   a) Bacharelado

   b) Licenciatura

3) Você concilia trabalho e estudo?

   a) Sim. Trabalho e estudo

   b) Não. Apenas estudo

4) Suas despesas na Universidade e fora dela são custeadas por quem?

   a) por você mesmo, com recursos do seu trabalho

   b) pelos seus pais ou parentes

5) Qual a sua percepção sobre a obrigatoriedade da carga horária de extensão? (a lei estabelece 10% da carga horária do seu curso em extensão)

   a) Concorda totalmente

   b) Concorda parcialmente

   c) Discorda parcialmente

   d) Discorda totalmente

6) As horas de extensão impactam diretamente para que você seja melhor formado na sua graduação?

   a) Sim. Tem impacto direto na minha formação

   b) Não vejo impacto direto na minha formação

   c) Tem impacto parcial na minha formação

7) Quais as maiores dificuldades encontradas no cumprimento das horas de extensão exigidas pelo MEC?

   a) Ter disponibilidade de tempo para cumprir a carga horária

   b) Falta de projetos de extensão na instituição

   c) Os projetos de extensão disponíveis não são interessantes

   d) Falta de auxílio financeiro na modalidade de bolsa de extensão

   e) Ainda não participei de projeto de extensão

8) Quais estratégias institucionais, na sua opinião, podem ser adotadas para amenizar essas dificuldades?

   a) Ter maior número de projetos de extensão oferecidos

   b) Ofertar mais bolsas de extensão

   c) Maior divulgação dos projetos de extensão disponíveis

d) Possibilidade de cumprir as horas de extensão em horário de aula

9) Você conhece os projetos de extensão oferecidos no seu Campus? Qual sua avaliação sobre eles?

a) Não conheço nenhum

b) Conheço apenas os projetos do meu curso. Os avalio satisfatoriamente como alternativas para o cumprimento das horas de extensão

c) Conheço apenas os projetos do meu curso. Os avalio como insatisfatórios como alternativas para o cumprimento das horas de extensão

d) Conheço os projetos do campus e os avalio satisfatoriamente como alternativas para o cumprimento das horas de extensão

e) Conheço os projetos do campus e os considero como insatisfatórios como alternativas para o cumprimento das horas de extensão

10) Tem alguma sugestão de como propor atividades de extensão para cumprir as horas necessárias, considerando a carga horária atual do curso e que seja uma proposta realista, possível e atrativa?

As respostas às questões fechadas foram organizadas com base nas frequências absolutas e relativas disponibilizadas pela plataforma *Google Forms*. As respostas abertas, especialmente aquelas referentes à questão 10, foram analisadas qualitativamente por meio de análise temática de conteúdo, de caráter predominantemente indutivo. Inicialmente, as respostas foram reunidas e submetidas a leituras sucessivas, com o objetivo de identificar unidades de sentido relacionadas às dificuldades, sugestões e expectativas dos estudantes quanto ao cumprimento das atividades extensionistas. Em seguida, foram atribuídos códigos às unidades de sentido e agrupados os conteúdos semanticamente semelhantes. A partir desse procedimento, foram identificados eixos temáticos relacionados à flexibilização de horários, à ampliação e diversificação da oferta de projetos, à integração entre cursos, ao uso de estratégias virtuais, ao apoio financeiro e à necessidade de articulação entre as atividades extensionistas e as condições concretas de estudo e trabalho dos discentes.

A interpretação das respostas foi realizada em articulação com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado. Para preservar o anonimato dos participantes, os excertos apresentados nos resultados foram identificados por códigos alfanuméricos. A análise teve como finalidade compreender os sentidos presentes nas manifestações dos estudantes, não sendo objetivo produzir generalizações estatísticas a partir das respostas abertas.

Como limitação do estudo, destaca-se o número de participantes que aderiram voluntariamente à pesquisa. Em investigações dessa natureza, nas quais a participação não é obrigatória, a obtenção das respostas pode ser influenciada pela disponibilidade dos estudantes, pelo interesse em relação ao tema e pelas próprias condições de acesso ao instrumento de coleta. Assim, o número de

respondentes não necessariamente representa a totalidade do público inicialmente alcançado, o que deve ser considerado na interpretação dos resultados. Ainda assim, as respostas obtidas permitiram identificar percepções e aspectos relevantes para a compreensão do fenômeno investigado, sem a pretensão de generalizar os achados para todos os estudantes.

4. Resultados e Discussão

Para uma melhor organização, compreensão e fluxo de raciocínio, a sequência do questionário foi apresentada em uma ordem diferente aqui neste tópico. Foram recebidas 51 respostas de discentes que se encontram matriculados em cursos dos três institutos da instituição: ICET, ICHS e ICBS. Para ter uma caracterização melhor dos alunos que responderam o formulário, inicialmente eles se identificaram em relação ao curso de graduação ao qual estão matriculados.

- Em qual curso de graduação está matriculado na UFMT?

Alunos dos cursos de Agronomia, Ciências da computação, Engenharia de alimentos, Engenharia civil, Física, Química, Matemática, Jornalismo, Direito, Geografia, Letras, Biomedicina, Ciências biológicas, Educação física, Enfermagem e Farmácia foram convidados a responder o questionário. As maiores proporções de respostas vieram dos cursos de Direito (25,5%), Enfermagem (21,6%) e Farmácia (17,6%); seguida dos cursos de Engenharia Civil (13,7%), Química (11,8%) e Engenharia de Alimentos (7,8%). Por fim, uma resposta foi registrada no curso de Jornalismo (2%). Analisando-se por institutos, o ICHS foi representado com 27,5% das respostas, o ICBS em 39,2% das respostas e o ICET em 33,3%. No período da coleta, o ICET possuía 563 estudantes matriculados, o ICBS 584 e o ICHS 499, correspondendo, respectivamente, a 34,2%, 35,5% e 30,3% do universo de 1.646 estudantes. Entre os 51 respondentes, o ICET concentrou 33,3% das respostas, o ICBS 39,2% e o ICHS 27,5%. Embora os três institutos tenham participado da pesquisa e as proporções de respostas apresentem relativa aproximação com a distribuição do universo, essa correspondência descritiva não é suficiente para caracterizar a amostra como representativa. A pesquisa utilizou amostragem não probabilística, por adesão voluntária, e obteve participação correspondente a aproximadamente 3,1% do total de estudantes matriculados. Portanto, os resultados expressam as percepções dos respondentes e devem ser interpretados com cautela, sem generalização estatística para todos os estudantes da UFMT–Campus Araguaia.

O segundo questionamento para caracterização das respostas foi sobre o tipo de habilitação de curso que estão matriculados.

- Modalidade do seu curso

Das respostas obtidas, majoritariamente (88,2%) dos alunos estão cursando na modalidade bacharelado e 11,8% na modalidade licenciatura. Dessa forma, as respostas coletadas trarão um perfil de alunos do bacharelado em maioria e as particularidades dos alunos dos cursos de licenciatura no cumprimento da carga horária de extensão serão subnotificadas, não representando de modo fiel esse perfil de alunos.

O terceiro questionamento foi realizado com intuito de verificar se os

alunos se dedicavam somente aos estudos ou se o conciliavam com trabalho.

- Você concilia trabalho e estudo?

Aproximadamente metade dos alunos disseram que "apenas estudam" (51%) e a outra metade "trabalham e estudam" (49%). Esse dado é bem pertinente no que diz respeito a análise do tempo que os alunos conseguem dedicar aos seus estudos, principalmente pode dar uma boa ideia das dificuldades enfrentadas pelos alunos que trabalham ou não no cumprimento das horas de extensão.

Para ter um direcionamento maior do perfil socioeconômico e como os discentes conseguem se manter financeiramente para realizar seus estudos, o quarto questionamento foi feito.

- Suas despesas na Universidade e fora dela são custeadas por quem?

Majoritariamente (54,9%), os discentes disseram ser custeados por pais ou parentes, 33,3% disseram se custear com recursos de seus trabalhos, 4% disseram ser custeados por marido/esposo, 4% com auxílio estudantil da Universidade, 2% são custeados por recursos próprios, porém, identificaram como renda informal do tipo "freelancer" e 2% como custeio misto advindo de seu próprio trabalho e ajuda dos pais.

Os próximos questionamentos versaram sobre as percepções dos discentes em relação a carga horária de extensão e as dificuldades enfrentadas no seu cumprimento. Portanto, o quinto questionamento solicitava o seguinte retorno:

- Qual a sua percepção sobre a obrigatoriedade da carga horária de extensão? (a lei estabelece 10% da carga horária do seu curso em extensão)

De maneira geral, a maioria dos discentes apresentaram concordância com o cumprimento das horas de extensão, pois 23,5% concordam totalmente e 35,3% concordam parcialmente. No entanto, 15,7% discordam parcialmente e 25,5% discordam totalmente. Portando, ainda há uma grande discordância no que diz respeito a carga horária de extensão. Com intuito de aprofundar um pouco mais a percepção dos discentes, no sexto questionamento foi perguntado sobre o impacto da extensão na sua formação

- As horas de extensão impactam diretamente para que você seja melhor formado na sua graduação?

A maior parte dos estudantes (47,1%) respondeu que a existe um impacto direto na sua formação, 31,4% deles reconhece um impacto parcial na sua formação, enquanto 21,6% dizem não perceberem impacto direto na sua formação.

No sétimo questionamento, o intuito foi de verificar o conhecimento que os discentes tinham em relação aos projetos de extensão oferecidos pelo seu curso e a satisfação em relação aos mesmos.

- Você conhece os projetos de extensão oferecidos no seu Campus? Qual sua avaliação sobre eles?

A maior parte dos discentes (66,6%) disseram conhecer somente os projetos de extensão de seus cursos, sendo que 52,9% os consideram satisfatórios para o cumprimento das horas de extensão, enquanto 13,7% os consideram

insatisfatórios. Dos 21,6% que disseram conhecer os projetos disponíveis no campus e não somente em seus cursos, aproximadamente metade (11,8%) os avaliam como satisfatórios e metade insatisfatórios (9,8%). Por fim, 11,8% dos alunos disseram não conhecer algum projeto de extensão oferecido na instituição.

O oitavo questionamento buscou identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos no cumprimento das suas horas de extensão. Vale ressaltar que nessa pergunta e na próxima (nono questionamento) os discentes podiam escolher mais que uma opção que representasse sua percepção sobre o tema e inserirem opções que ainda não estivessem contempladas no questionamento.

- Quais as maiores dificuldades encontradas no cumprimento das horas de extensão exigidas pelo MEC?

Das 51 respostas, 37 discentes (72,5%) marcaram a opção "Ter disponibilidade de tempo para cumprir a carga horária". A segunda opção mais escolhida (45,1%) foi a "Falta de projetos de extensão na instituição", seguida da "Falta de auxílio financeiro na modalidade de bolsa de extensão" com 39,2% das respostas. Ainda, 21,6% dos discentes alegaram que "Os projetos de extensão disponíveis não são interessantes" e 11,8% disseram ainda não ter participado de projetos de extensão. Outras dificuldades além das pré-definidas foram inseridas nas respostas: um discente relatou que a "Baixa carga horária dos projetos existentes" é uma dificuldade no cumprimento das horas necessárias para se formarem. Relata ainda que, por exemplo, "projetos de 65h por ano levariam 7 anos de curso para cumprir as 400h exigidas em seu curso", o que seria inviável visto a duração de seus cursos de graduação; outro discente relatou o termo "contagem", porém, isso não fica claro em relação ao significado que o mesmo gostaria de ter dado; e outro relatou que "Morar em outra cidade prejudica a participação no projeto", que pode estar atrelado a dificuldade de tempo, locomoção e transporte para realizarem os projetos de extensão em cidade distinta da de origem.

O último questionamento versou sobre as estratégias que poderiam ser adotadas para amenizar as dificuldades citadas.

- Quais estratégias institucionais, na sua opinião, podem ser adotadas para amenizar essas dificuldades?

A maioria dos discentes (66,7%) disseram que uma possibilidade seria "Ter maior número de projetos de extensão oferecidos" e ter a "Possibilidade de cumprir as horas de extensão em horário de aula" (70,6 % das respostas). Os alunos disseram em 58,8% das respostas que "Ofertar mais bolsas de extensão" seria uma possibilidade de estratégia, 47,1% disseram que deveria haver "maior divulgação dos projetos de extensão disponíveis" e 1 discente disse que deveria haver um "aumento de carga horária dos projetos".

Por fim, aos alunos foi solicitado que dessem sugestões sobre o cumprimento das atividades extensionistas.

- Tem alguma sugestão de como propor atividades de extensão para cumprir as horas necessárias, considerando a carga horária atual

do curso e que seja uma proposta realista, possível e atrativa?

Algumas respostas mais elaboradas e que possibilitaram o entendimento foram citadas abaixo, conforme relatadas pelos alunos. Vale ressaltar que algumas delas evidenciam a falta de conhecimento sobre a lei que regulamentou a curricularização da extensão e a sua obrigatoriedade nas matrizes curriculares.

"Agregar a INTERPROFISSIONALIDADE entre os cursos através de projetos de Extensão, assim haverá mais ofertas de projetos de Extensão e mais possibilidade de variedade de horário. Além disso, projetos que contém com mais horas online de trabalho já que estamos em um mundo cronicamente online."

"Precisa considerar a realidade da maioria dos estudantes. Na Enfermagem temos algumas considerações: curso integral, conciliação de trabalho e estudo; vida pessoal e outras demandas exigidas dentro do curso, como horas complementares, além das matérias do próprio curso. Esses fatores tornam difícil a adesão a projetos longos ou pouco flexíveis. Por isso, as atividades de extensão devem ser viáveis, dinâmicas e com impacto real, mas sem sobrecarregar ainda mais os estudantes."

"Sim. Mais extensões fora do campus"

"Possibilitar projetos de atuação em divulgação on-line, aumentar carga horária contando o tempo que o aluno tem que se disponibilizar para estudar, preparar, se locomover e efetuar os projetos"

"Poderia ofertar projeto no sábado já que sábado é letivo, ou então, após expediente (depois as 17h) ou apenas diminuir a carga mesmo"

"Melhoria dos horários ofertados, pois chocam com as nossas aulas."

"Sim. Tenho a ideia de criar um reforço pra crianças carentes de educação, principalmente, de escola públicas e municipais. Considerando as competências e facilidades que os graduandos têm com matemática, química, física, biologia, matemática, letras, dentre outras, então seria um projeto longo e legal para as crianças aprenderem e adquirirem conhecimento. A realidade da minha sugestão é abrir literalmente um projeto com vários cursos para ajudar crianças entre 8 a 17 anos em um reforço escolar e ensinar aquilo que pra elas parecem impossível e assim motivar a elas entrar na universidade e quem sabe um dia fazer o mesmo."

"Poderia ter uma carga horária menor, pois 400 horas são muitas horas. Tenho muitas dificuldades para cumprir, trabalho, não sei como vou formar."

"Deveria diminuir a obrigatoriedade de horas de extensão, visto que são muitas horas e no curso de enfermagem não tem muitas opções de extensão."

"O projeto poderia ter um horário mais acessível para conciliar o estudo e trabalho."

"Fazer a diminuição pela metade das horas para quem trabalha, o curso de química quando teve sua criação foi pensado para trabalhadores. Más ao meu ver, não é. Penso na dificuldade, pois como irei conseguir as horas de extensão sendo que trabalho das 8 às 18 hrs e as 19 às 23 horas tenho aula. Uma outra questão é conciliar tudo, como a extensão, aulas e

estágio sendo apenas um mero trabalhador pra sobreviver"

A análise dos dados obtidos junto aos estudantes de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Araguaia (UFMT–CUA) evidencia que a curricularização da extensão, embora reconhecida normativamente como componente formativo relevante, tem sido vivenciada de maneira ambígua pelos discentes, especialmente por aqueles que conciliam trabalho e estudo. Os resultados revelam tensões estruturais entre a intencionalidade formativa da política de extensão, sua implementação institucional e as condições reais de permanência estudantil, corroborando apontamentos da literatura recente sobre o tema (Imperatore; Pedde, 2015; Spatti et al., 2023; Marques; Stallivieri, 2024).

4.1 Reconhecimento do valor formativo da extensão e resistência à sua forma de implementação

Os dados indicam que a maioria dos estudantes apresenta algum grau de concordância com a obrigatoriedade da extensão universitária, sendo que 58,8% afirmam concordar total ou parcialmente com a exigência de cumprimento de 10% da carga horária curricular em atividades extensionistas. De modo semelhante, 78,5% reconhecem que a extensão impacta direta ou parcialmente sua formação acadêmica.

Esse reconhecimento sugere que os discentes não rejeitam a extensão enquanto princípio formativo, o que dialoga com a concepção de extensão como espaço de articulação entre saberes acadêmicos e demandas sociais (Santos Júnior, 2013; Meinhardt; Casagrande, 2024). Entretanto, a presença de um contingente expressivo de estudantes que discordam parcialmente ou totalmente da obrigatoriedade (41,2%) revela que a resistência não se dirige à extensão em si, mas à forma como ela tem sido institucionalmente organizada.

Essa ambivalência confirma a análise de Dubet (2008), segundo a qual políticas educacionais formalmente justificadas em termos de justiça e igualdade podem ser percebidas como injustas quando produzem efeitos desiguais sobre grupos com condições distintas. No caso em análise, a extensão é reconhecida como relevante, mas sua operacionalização tende a ser vivenciada como imposição burocrática, dissociada das realidades concretas dos estudantes.

4.2 O tempo como principal marcador de desigualdade no cumprimento da extensão

Entre as dificuldades apontadas pelos estudantes, a indisponibilidade de tempo emerge como o fator mais significativo, sendo mencionada por 72,5% dos respondentes. Esse dado adquire maior relevância quando analisado em conjunto com o perfil dos participantes, dos quais 49% declararam conciliar trabalho e estudo. Esse resultado reforça as contribuições de Comin e Barbosa (2011), ao evidenciarem que estudantes trabalhadores enfrentam restrições estruturais de tempo que impactam diretamente sua trajetória acadêmica. A obrigatoriedade da extensão, quando realizada predominantemente fora do horário regular de aula, intensifica essas restrições, sobretudo em cursos noturnos, nos quais o período disponível para atividades acadêmicas já é reduzido.

As falas dos estudantes ilustram de forma contundente essa tensão, como no relato do discente que afirma trabalhar das 8h às 18h e cursar aulas das 19h às 23h, questionando a viabilidade prática de cumprir as horas de extensão exigidas. Essa experiência concreta evidencia o descompasso entre a política de curricularização e as condições reais de permanência, aproximando-se do que Tinto (1993) e Coulon (2008) identificam como fragilização da integração acadêmica e institucional. Assim, o tempo não se configura apenas como uma dificuldade logística, mas como um marcador de desigualdade que transforma a extensão, potencialmente formativa, em fator de sobrecarga e potencial risco sobre a permanência estudantil.

4.3 Insuficiência e inadequação da oferta institucional de projetos de extensão

Outro aspecto central identificado na pesquisa refere-se à percepção de insuficiência e inadequação da oferta de projetos de extensão. Quase metade dos estudantes (45,1%) aponta a falta de projetos como uma das principais dificuldades, enquanto 21,6% consideram que os projetos disponíveis não são interessantes ou atrativos. Além disso, a maioria dos discentes afirma conhecer apenas os projetos vinculados aos seus próprios cursos, o que sugere fragilidades nos processos de divulgação e integração institucional das ações extensionistas. Esse dado corrobora as análises de Imperatore e Pedde (2015), que destacam a implementação fragmentada da curricularização da extensão, muitas vezes restrita a iniciativas isoladas e pouco articuladas aos projetos pedagógicos dos cursos.

As críticas relacionadas à baixa carga horária dos projetos e à sua curta duração evidenciam que, mesmo quando disponíveis, as ações extensionistas nem sempre são capazes de atender às exigências curriculares de forma viável. Nesses casos, os estudantes precisam acumular participação em múltiplos projetos ao longo de vários semestres, o que reforça a sensação de inviabilidade e desgaste. Esses resultados dialogam com Spatti et al. (2023), ao apontarem que a curricularização da extensão tende a explicitar problemas estruturais da universidade, como a rigidez curricular e a ausência de planejamento institucional integrado, transferindo aos estudantes a responsabilidade de "ajustar-se" às exigências normativas.

4.4 Apoio financeiro, deslocamento e permanência estudantil

A ausência de apoio financeiro adequado também se destaca como elemento crítico, sendo apontada por 39,2% dos estudantes como dificuldade para o cumprimento da extensão. Esse dado é particularmente relevante em um campus interiorizado, no qual parte dos discentes reside em municípios distintos daquele onde se localizam as atividades acadêmicas.

Relatos que mencionam dificuldades de locomoção e custos associados à participação em projetos de extensão evidenciam que a política de curricularização não pode ser analisada de forma dissociada das políticas de assistência estudantil. Conforme argumenta Dubet (2008), a igualdade formal de exigências curriculares tende a aprofundar desigualdades quando não há compensações institucionais que

considerem as condições materiais dos sujeitos. Nesse sentido, a ausência ou insuficiência de bolsas de extensão compromete não apenas a participação dos estudantes, mas a própria efetividade da política, ao restringir o acesso às ações extensionistas àqueles que dispõem de maior capital econômico e disponibilidade de tempo.

4.5 As propostas discentes como expressão de uma extensão desejada e socialmente situada

As sugestões apresentadas pelos estudantes revelam não apenas insatisfação, mas também uma compreensão ampliada do potencial formativo da extensão universitária. Propostas como a ampliação de projetos interdisciplinares, a realização de ações em ambientes virtuais, a integração entre cursos e a atuação junto a comunidades vulneráveis indicam uma concepção de extensão alinhada aos princípios da interação dialógica e do compromisso social. Essas falas dialogam diretamente com a perspectiva de Freire (2011), ao evidenciarem o desejo por práticas extensionistas que promovam comunicação, participação e transformação social, e não apenas o cumprimento de carga horária. Ao mesmo tempo, revelam que os estudantes percebem a extensão como espaço legítimo de aprendizagem significativa, desde que organizada de forma compatível com suas realidades.

Assim, as propostas discentes podem ser interpretadas como indicadores de uma extensão universitária socialmente situada, que reconhece as limitações materiais dos estudantes e busca alternativas pedagógicas e organizacionais mais flexíveis, como defendem Marques e Stallivieri (2024).

5. Considerações Finais

Os resultados deste estudo evidenciam que a curricularização da extensão universitária, embora represente um avanço normativo na consolidação da função social da universidade pública, tem produzido efeitos ambíguos quando confrontada com as condições concretas de permanência dos estudantes, especialmente daqueles que conciliam trabalho e estudo em cursos noturnos. A pesquisa confirma que a extensão é amplamente reconhecida pelos discentes como uma prática potencialmente formativa, capaz de articular conhecimentos acadêmicos e demandas sociais, mas revela que sua implementação tem sido marcada por limites estruturais que tensionam esse potencial.

A centralidade da categoria tempo, reiteradamente mencionada pelos estudantes, aponta para possíveis tensões entre a curricularização da extensão e as condições concretas de participação discente. Embora os resultados não permitam afirmar que a política pressuponha um perfil específico de estudante, eles sugerem que sua implementação pode impor desafios adicionais àqueles que conciliam formação acadêmica, trabalho e outras responsabilidades. À luz das contribuições de Comin e Barbosa (2011), Tinto (1993) e Coulon (2008), esse descompasso pode ser compreendido como um fator de fragilização da integração acadêmica e institucional, convertendo uma exigência formativa em potencial mecanismo de exclusão.

A análise também aponta que a insuficiência e a baixa diversificação da

oferta institucional de projetos de extensão, aliadas à limitada divulgação e à reduzida carga horária das ações disponíveis, contribuem para a percepção de inviabilidade do cumprimento das horas obrigatórias. Esse cenário reforça a crítica de Imperatore e Pedde (2015) e Spatti et al. (2023), segundo a qual a curricularização da extensão tem sido frequentemente implementada de forma burocratizada e fragmentada, orientada mais pelo atendimento às exigências legais do que por um planejamento pedagógico integrado e sensível às especificidades dos cursos e de seus públicos.

Outro elemento crítico refere-se à insuficiência de políticas de apoio financeiro, particularmente no que diz respeito à oferta de bolsas de extensão e ao custeio de deslocamento. Em um campus interiorizado, como o da UFMT–Araguaia, a ausência de suporte material adequado tende a aprofundar desigualdades já existentes, restringindo o acesso às atividades extensionistas àqueles estudantes que dispõem de maior capital econômico e disponibilidade de tempo. Conforme argumenta Dubet (2008), a igualdade formal das normas não garante justiça educacional quando as condições de participação são desiguais.

As propostas apresentadas pelos estudantes, longe de configurarem uma rejeição à extensão universitária, expressam uma compreensão ampliada de seu papel formativo e social. As sugestões de flexibilização de horários, ampliação de projetos interdisciplinares, uso de estratégias virtuais e maior integração entre cursos indicam o desejo por uma extensão socialmente situada, dialógica e compatível com as condições reais de vida dos discentes, em consonância com a perspectiva defendida por Freire (2011) e Santos Júnior (2013).

Diante disso, conclui-se que a efetividade da curricularização da extensão universitária depende menos da ampliação normativa de exigências e mais da capacidade institucional de articular políticas acadêmicas, pedagógicas e de assistência estudantil. Repensar a extensão como parte integrante do currículo implica reconhecer que a democratização do ensino superior não se esgota no acesso, mas requer condições reais de permanência e participação. Nesse sentido, a escuta sistemática das percepções discentes constitui elemento fundamental para o aprimoramento da política de extensão, especialmente em contextos marcados pela presença significativa de estudantes trabalhadores em cursos noturnos.

Como perspectiva para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do diálogo com docentes, gestores e técnicos administrativos, de modo a compreender como as tensões aqui identificadas se manifestam nos processos de elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso e nas estratégias institucionais de implementação da curricularização da extensão. Tal aprofundamento poderá contribuir para a construção de modelos de extensão mais equitativos, formativos e socialmente comprometidos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Acesso em: 22 fev. 2026

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Acesso em: 22 fev. 2026

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 75-95, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000300004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/wDYSHjcV6b7s68gRRB6YZzx/. Acesso em: 13 out. 2026.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; Pedde, Valdir. **Curricularização da extensão universitária no brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública**. In: XIII Congreso Latinoamericano D Extensión Universitaria, 2015, La Habana. XIII Congreso Latinoamericano D Extensión Universitaria. HABANA, 2015. v. 1.

MARQUES, Gleicy Corrêa Nunes; STALLIVIERI, Luciane. Estratégias práticas para a curricularização da extensão. ***Revista e-Curriculum***, São Paulo, v. 22, e53360, p.1-30. 2024. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e53360. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/53360. Acesso em: 13 out. 2026.

MEINHARDT, Moana; CASAGRANDE, Cledes Antonio. Curricularização da extensão: a interação dialógica entre universidade e sociedade e seus impactos na formação dos estudantes de graduação. **Interfaces da Educação**, v. 15, n. 43, p. 414–433, 2024. DOI: 10.61389/inter.v15i43.8783.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A extensão universitária e os entre-laços dos saberes. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – **Universidade Federal da Bahia**, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/. Acesso em: 13 out. 2026.

SILVA, Aurélio. A contribuição da extensão na formação do estudante universitário. 2011. 96 f. Dissertação (mestrado em educação). **Universidade Católica de Brasília.**

SPATTI, Ana Carolina et al. Curricularização da extensão universitária: como medir resultados e impactos? **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 19, n. 58, p. 265-289, 2023. DOI: 10.3895/rts.v19n58.16441. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/16441. Acesso em: 13 out. 2026.

TINTO, Vincent. **Leaving college**: rethinking the causes and cures of student attrition. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.